

'Governo fez em 17 meses o que não foi feito em 20 anos', diz Michel Temer

Durante a conferência anual do Banco Santander, que aconteceu ontem (16), em São Paulo, o presidente Michel Temer afirmou que o seu governo "fez em 17 meses o que não foi feito em 20 anos". Para demonstrar seu ponto de vista, Temer listou ações como a PEC dos gastos, o projeto de terceirização, a reforma trabalhista, o novo modelo de governança nas estatais e outras. "Um debate franco sobre o Brasil exige reconhecer que os últimos

anos têm sido desafiadores, mas que agora o Brasil tem rumo", disse o presidente. Segundo ele, "temos que fazer tudo rapidamente".

Temer afirmou que no seu governo a postura é de "encarar os problemas de frente, sem recorrer a atalhos". E que tem adotado medidas populares e não populistas. "As medidas populistas causam prejuízos, as populares serão reconhecidas no futuro. Meu governo não cede ao populismo, mas persegue a eficiência", disse. O presidente

afirmou ainda que a reforma da Previdência é uma "reforma pra hoje" - e usou o Rio de Janeiro como o resultado de uma crise previdenciária.

Sobre a reforma política, Temer voltou a dizer que em seu governo "o legislativo é parceiro" e que "trabalhamos juntos para governar juntos". Em tom de crítica, Temer disse que o "Brasil tem uma vocação centralizadora e que o povo parece gostar dessa centralização". Nesse sentido, o seu governo estaria quebrando esse paradigma centralizador



O presidente Michel Temer e o presidente do Santander Brasil, Sérgio Rial, durante abertura da 18ª Conferência Anual Santander.

e trabalharia para "quebrar esse ciclo histórico de que a cada 25, 30 anos haveria a necessidade de um novo Estado".

Temer afirmou que o que é preciso é seguir as diretrizes da constituição de 1988 e

"continuar com as adequações modernizantes da estrutura governativa, econômica e social". No final do evento, o presidente disse para os presentes que saíssem de lá com a "alma inflamada", divulgassem

suas ideias e os benefícios da reforma. O presidente do Santander Brasil, Sérgio Rial, elogiou o presidente dizendo que com Temer houve uma "mudança importante na doutrina econômica" (AE).

Moody's: mudança da meta não afeta avaliação sobre o Brasil

A elevação da meta de déficit fiscal deste ano de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões não afeta a avaliação sobre o Brasil no curto prazo, informou ontem (16) a agência de classificação de risco Moody's. Em nota, a agência destacou que a revisão da meta fiscal não deverá impactar a nota do país nos próximos meses, mas advertiu para o risco de a dívida pública explodir nos próximos anos caso o governo não consiga avançar na aprovação de reformas estruturais.

"A magnitude da revisão em 2017 não afeta materialmente nosso cenário-base", escreveu a analista sênior para ratings soberanos da Moody's, Samar Maziad. Ela destacou que o aumento do déficit primário em 2018 atrasará o controle do governo sobre a dívida pública, mas considerou que o principal perigo é a não aprovação de reformas como a da Previdência.



O perigo é a não aprovação de reformas como a da Previdência.

"Nossas projeções incorporavam um déficit fiscal primário de 2,4% do PIB em 2017, mas nossa estimativa para 2018 era de um déficit fiscal de 1,7% do PIB. Uma trajetória mais lenta de consolidação fiscal em 2018-2020 é um desdobramento negativo de crédito", destacou a analista da Moody's. A mudança na meta de déficit para o próximo ano, fará o resultado negativo nas contas públicas aumentar para 2,2% do PIB em 2018, de acordo com a agência.

Apesar disso, a analista da Moody's ressaltou que as perspectivas para a nota do Brasil no médio prazo serão mais afetadas pela evolução das reformas propostas do que pelas metas fiscais de curto prazo. "Se aprovada, a reforma da Previdência reduzirá o crescimento das despesas do governo, contribuindo para a restauração da sustentabilidade fiscal e para contenção do aumento da dívida pública", acrescentou a analista (ABR).

Número de contratos de planos de saúde privados chegou a 47 milhões

A Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) informou ontem (16) que o número de contratos de planos médico-hospitalares privados chegou a mais de 47 milhões no mês de julho deste ano - um aumento de 0,06%, em relação ao mês anterior. Os planos exclusivamente odontológicos somaram 22,6 milhões, 0,59% a mais do que o registrado em junho.

Os contratos coletivos, somados os do tipo empresarial, por adesão e outras modalidades não identificadas, representaram a maior parte, chegando a quase 38 milhões. Planos individuais e familiares somaram 9,25 milhões de beneficiários. Outros 192 mil não foram identificados.

A ANS lembra que o número de beneficiários não é igual ao de indivíduos atendidos, pois um beneficiário pode ter mais de um plano. Em relação a junho, sete estados apresentaram aumento: Acre, Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Piauí e Tocantins (ABR).

Reforma da Previdência deve ser votada na 1ª quinzena de outubro

O ministro-chefe da Casa Civil, Eliseu Padilha, disse ontem (16), em Brasília, que o governo espera que a reforma da Previdência seja aprovada até a primeira quinzena de outubro na Câmara dos Deputados, para depois ser encaminhada ao Senado. Segundo ele, o presidente Michel Temer está orientando o ministro da Secretaria de Governo, Antonio Imbassahy, para construir uma base forte para as reformas a serem analisadas pelo Congresso Nacional.

Padilha participou de cerimônia no Palácio do Planalto que reconheceu o setor supermercadista como atividade essencial da economia. Ele comentou o aumento da meta de déficit fiscal do Governo Central (Tesouro Nacional, Previdência Social e Banco Central) para R\$ 159 bilhões este ano. "Tínhamos que olhar o que era nossa meta, R\$ 139 bilhões, vimos a impossibilidade e o mais correto, com toda a transparência, era elevá-la no que era absolutamente indispensável, que são esses R\$ 159 bilhões", disse.



Padilha: o presidente Temer quer uma base forte para as reformas a serem analisadas no Congresso.

Segundo Padilha, as circunstâncias levaram a essa revisão. "Quem contava com a inflação que nós tivemos? A inflação impacta diretamente a arrecadação e tivemos uma queda na arrecadação muito grande. E o ministro [da Fazenda] Henrique Meirelles teve sensibilidade para conduzir esse processo", explicou. "Estamos trabalhando no limite [orçamentário]", finalizou (ABR).

Prisão após 2ª instância pode voltar ao Supremo

Brasília - O ministro Marco Aurélio Mello, do STF, disse na tarde de ontem (16), que pretende trazer para o plenário da Corte a análise do mérito de duas ações que tratam da possibilidade de prisão após condenação em segunda instância. O Partido Ecológico Nacional (PEN) e o Conselho Federal da OAB são autores de duas ações que pediam a concessão de medida cautelar para suspender a execução antecipada da pena após decisão em segunda instância.

Em outubro do ano passado, por 6 a 5, o STF analisou as duas ações, decidindo manter a possibilidade de execução de penas - como a prisão - após a condenação pela Justiça de segundo grau e, portanto, antes do esgotamento de todos os recursos. Na época, o ministro Marco Aurélio ressaltou que a Corte estava decidindo sobre a medida cautelar, e não sobre o mérito delas. Ele foi um dos votos contrários à prisão após a condenação em segunda instância, sendo acompanhado por Rosa Weber, Dias Toffoli, Ricardo Lewandowski e Celso de Mello.

"O processo está na Procuradoria, eu quero trazer a matéria (ao plenário)", disse Marco Aurélio. "Pelas sinalizações,



Ministro Marco Aurélio Mello, do STF.

o score vai se inverter quanto ao segundo pedido, que é de se aguarde o julgamento no STJ", comentou.

Toffoli propôs o julgamento de outubro que o cumprimento da pena fosse feito apenas após o julgamento por instância superior. Segundo Toffoli, o julgamento final caberia ao STJ.

Em maio, o ministro Gilmar Mendes defendeu a rediscussão do tema pelo tribunal. Ele votou em outubro a favor da possibilidade de execução da pena após condenação em segunda instância. "Nós admitimos que se permitiria a prisão a partir da decisão de segundo grau. Mas não dissemos que ela fosse obrigatória", disse Gilmar ao analisar um caso durante a sessão da Segunda Turma (AE).

Renan: PMDB está adotando uma lógica de 'ame-o ou deixe-o'

Brasília - O senador Renan Calheiros (PMDB-AL) afirmou que o presidente Michel Temer "quer transformar o partido em um puxadinho do governo". Segundo ele, o comando da legenda tem ameaçado parlamentares que possuem divergências com o Palácio do Planalto. "O PMDB está adotando uma lógica 'ame-o' ou 'deixe-o', e já tivemos tristes sentimentos por isso no passado".

Renan foi à reunião da Executiva Nacional da sigla, ontem (16), para defender que sejam reconsiderados os pedidos de expulsão dos senadores Kátia Abreu (TO) e Roberto Requião (PR), em análise na comissão de ética do PMDB, e a suspensão de deputados do partido que votaram a favor da denúncia contra o presidente Michel Temer, como Jarbas Vasconcelos (PE). Apesar das críticas, o alagoano negou que tenha intenção de deixar a legenda.

"Tudo isso é novo no PMDB, que se caracterizou sempre como um partido democrático, então fechar questão nessa hora, suspender deputados, ameaçar senadores, é uma coisa brutal do ponto de vista



Senador Renan Calheiros (PMDB-AL).

do partido e da democracia", disse. Lembrou que o senador Romero Jucá (RR) é presidente interino da legenda e questionou a sua legitimidade para aplicar o que considera "maldades" sobre os correligionários.

Após o anúncio da mudança da meta fiscal de R\$ 139 bilhões para R\$ 159 bilhões, Renan também voltou a criticar a política econômica do governo. "A política econômica está errada. Vamos fazer a revisão da meta pelo terceiro ano seguido. O (ministro Henrique) Meirelles já anunciou que até 2020 o Brasil vai caminhar no vermelho", comentou o senador (AE).

Hospital São Paulo receberá R\$ 10,8 milhões do MEC

São Paulo - O Ministério da Educação (MEC) anunciou ontem (16), o repasse de R\$ 10,8 milhões extras ao Hospital São Paulo, unidade vinculada à Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) que passa por grave crise financeira. A falta de recursos para a compra de materiais e insumos fez o hospital determinar, em abril, a suspensão das internações eletivas (não urgentes).

Segundo nota do MEC, a medida vai garantir recursos "tanto para o atendimento à população no próprio hospital quanto para a continuidade dos programas de ensino e pesquisa da área da saúde da universidade, na graduação e pós-graduação, bem como as atividades de residência médica e multiprofissional".

Pouco depois de anunciar a suspensão das internações eletivas, o conselho gestor do hospital havia solicitado ao governo federal um incremento de R\$ 18 milhões no repasse anual para equacionar as contas. O pedido, no entanto, não foi atendido e a unidade ainda



A medida vai garantir recursos para o atendimento à população.

sofreu o corte da verba do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (Rehuf), de valor variável, mas que, no ano passado, foi de cerca de R\$ 40 milhões.

Segundo o MEC, desde o início do ano, a pasta já repassou R\$ 4,8 bilhões em recursos financeiros para as instituições federais de ensino, incluindo as transferências para os hospitais universitários (AE).

"Um homem sábio viverá tanto nos limites da sua presença de espírito quanto nos dos seus próprios rendimentos".

Conde de Chesterfield (1694/1773)
Escritor inglês

BOLSAS

O Ibovespa: +0,35% Pontos: 68.594,29 Máxima de +0,87% : 68.950 pontos Mínima de -0,07% : 68.304 pontos Volume: 10,38 bilhões Variação em 2017: 13,89% Variação no mês: 4,06% Dow Jones: +0,12% Pontos: 22.024,87 Nasdaq: +0,19% Pontos: 6.345,11 Ibovespa

Futuro: +0,24% Pontos: 68.805 Máxima (pontos): 68.985 Mínima (pontos): 68.300 Global 40 Cotação: 930,466 centavos de dólar Variação: 0%.

CÂMBIO

Dólar comercial no balcão Compra: R\$ 3,1468 Venda: R\$ 3,1473 Variação: -0,86% - Dólar Paralelo Compra: R\$ 3,22 Venda: R\$ 3,32 Variação: -0,92% - Dólar Ptax Compra: R\$ 3,1664 Venda: R\$ 3,1670 Variação: -0,96% - Dólar Turismo Compra: R\$ 3,1370 Venda: R\$ 3,2900 Variação: -0,9% - Dólar Futuro (setembro)

Cotação: R\$ 3,1580 Variação: -0,71% - Euro (17h33) Compra: US\$ 1,1767 Venda: US\$ 1,1768 Variação: +0,28% - Euro comercial Compra: R\$ 3,7020 Venda: R\$ 3,7040 Variação: -0,59% - Euro turismo Compra: R\$ 3,6600 Venda: R\$ 3,8570 Variação: -0,52%.

JUROS

CDB prefixado de 30 dias, 8,83% ao ano. - Capital de giro, 12,69% ao ano. - Hot money, 1,39% ao mês. - CDI, 9,14% ao ano. - Over a 9,15%.

OURO

Ouro Cotação: US\$ 1.282,90 a onça-troy (1 onça-troy equivale a 31,1035 gramas) Variação: +0,25% - Ouro BM&F (à vista) Cotação: 129,000 Variação: -0,31%.